



() CTS () CA () EAM () ENF (X) EAP () EX () FP () HFS () IDD () LEQ () MD () PEQ () TIC

É a Bahia: Olodum, Química e “Novo” Ensino Médio

Anna Beatriz Castro Ferreira (IC)

Universidade Federal da Bahia, annabeatriz.castroferreira@gmail.com

Ricardo Santos Silva (IC)

Universidade Federal da Bahia, ricardosilva01.01.2001@gmail.com

Pedro Magalhães (PQ)

Instituto Federal da Bahia, pedro.magalhaes@ifba.edu.br

RESUMO

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) tem apontado alguns caminhos teóricos que fundamentam o trato de docentes com a história e cultura negra nas aulas de Química. Aqui, apresentamos uma proposta didática que se baseia no acúmulo teórico da PHC neste sentido para encontrar caminhos de preencher as lacunas educacionais criadas pelo Novo Ensino Médio. Este trabalho, portanto, objetiva propor e analisar um estudo de caso para a disciplina de Iniciação Científica do itinerário formativo do Novo Ensino Médio, envolvendo um ensino histórico-crítico de Química numa perspectiva anticolonial. O estudo de caso foi construído com o tema “Olodum e cultura afro-baiana” no ensino de Química, mais especificamente: matéria, suas propriedades e suas transformações. Articulada ao materialismo histórico-dialético, a PHC foi adotada como referencial teórico por ser uma teoria que orienta o trabalho pedagógico numa perspectiva anticolonial, visando articular os interesses negro-proletários às demandas escolares (Saviani, 2008; Magalhães, 2025) sem abrir mão da verdade, uma vez que tem como fundamento a realidade material concreta (Messeder Neto, 2022). Em geral, lançamos mão do método da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008) para organizar o trabalho pedagógico aqui proposto e algumas de suas elaborações teóricas (ou de outras teorias marxistas, como a psicologia histórico-cultural) para analisar a proposta (Martins, 2013; Magalhães, 2025). Em que pese o fato de apresentarmos um debate associado ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas aulas de Química, vemos também neste trabalho um esforço analítico e prático de explorar as potencialidades e os limites da pedagogia histórico-crítica enquanto teoria orientadora do trabalho educativo na escola. A proposta evidencia a contribuição da PHC para aproximar ciência, cultura afro-brasileira e ensino crítico, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios de sua implementação diante de barreiras estruturais, curriculares e formativas.

Palavras-chave: Ensino de química. Pedagogia histórico-crítica. Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO: UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL DA ESCOLA E DO ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICO DE QUÍMICA

A escola pública brasileira enfrenta, historicamente, o desafio de combater o modo como o conhecimento é construído e ensinado. Como política de mudança dessa realidade, o movimento negro, a partir de sua mobilização e luta, institucionalizou, em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639. Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, tornando obrigatória a inclusão do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos das instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, em todo o país (BRASIL, 2003).

Apesar de representar um avanço político significativo, a implementação da Lei nº 10.639/2003 enfrenta dificuldades para colocar em prática o que foi estabelecido pelas leis e diretrizes. Nesse sentido, Mendes e colaboradores (2025) destacam que a maior parte das propostas de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas Ciências, especialmente na Química, ainda se limita a estratégias superficiais de contextualização.

A valorização da cultura negra não pode se restringir à forma ou à valorização subjetiva, deve passar pela análise crítica da estrutura social que sustenta o racismo e o silenciamento.

O Ensino de Química para as relações étnico-raciais compreende a criação de metodologias para a sala de aula e ações didáticas que busquem aliar o conhecimento científico às contribuições negras e também descentralizar a hegemonia europeia que é levada para a sala de aula como tendo sido local de nascimento da Química (Santos; Cabral; Santos, 2024).

Diante disso, a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino de Química a partir da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) oferece uma alternativa para o debate nas ciências da natureza. Segundo Saviani (2008), a PHC entende que a educação tem como principal tarefa formar cada indivíduo a partir do acúmulo histórico da humanidade.

A PHC propõe que esse conhecimento seja central no processo formativo, com base na tríade conteúdo-forma-destinatário, ou seja, o que ensinar, como ensinar e a quem ensinar (Pires; Messeder Neto, 2022). Assim, a crítica não é à ciência em si, mas à forma como tem sido historicamente apropriada por discursos coloniais, burgueses e, portanto, excludentes. Assim sendo, cabe também educar a partir

(...) dos diferentes marcos civilizatórios que nos constituíram. Basta de uma narrativa histórica eurocêntrica que reduz a existência ancestral de outros povos ao abismo do esquecimento e coloca a Europa no topo do progresso e das civilizações (Pinheiro, 2019).

Para isso, precisamos compreender o conteúdo científico em sua totalidade e sua historicidade para também contribuir com a emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos (Magalhães; Messeder Neto, 2024). É central para PHC ter a prática social como referência para o trabalho educativo, considerando as suas contradições históricas e criticando esse movimento histórico. Numa perspectiva anticolonial, a PHC também se coloca à esquerda das teorias pedagógicas, defendendo os interesses do povo na educação escolar.

Se colocar à esquerda e a favor dos interesses negro-proletários é ter ciência e atuação pela melhoria das condições de existência da nossa classe, o que perpassa por problematizar, entre outras instâncias, o modo como se institucionaliza a educação e, principalmente, a educação pública. Após 2017, as escolas privadas e públicas envidaram esforços para atender uma demanda enfiada guela abaixo por políticos. Sai uma legislação que muda o Ensino Médio, mantendo, de maneira mais aguda, os interesses da burguesia branca contra a educação da classe trabalhadora. Nada novo.

Antes de que se fizesse obrigatória a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), pesquisadores apontaram o baque que ele seria para a classe trabalhadora: fragmentação do conhecimento nos itinerários formativos e a redução da carga horária das disciplinas específicas, diluindo o conhecimento que o alunado pode ter acesso (Pina; Gama, 2020; Pinheiro; Evangelista; Moradillo, 2020). Passado o período facultativo, evidenciou-se esses problemas em escolas em que o NEM foi implementado.

Tanto a tática de silenciamento dos movimentos de trabalhadores e estudantes contra a Base quanto o impedimento do acesso ao conhecimento científico revela, uma vez mais, a luta de classes através da escola (Saviani, 2008), tornando-a, como coloca Messeder Neto (2025), uma arena ideológica. Para o autor, “será necessário disputar o que deve acontecer nesse espaço e como podemos contribuir para formar sujeitos que tomem para si a história nas mãos para superar essa sociedade produtora de barbárie” (Messeder Neto, 2025, p. 329). Isto porque a reforma do Ensino Médio e a BNCC impactaram tanto o processo de seleção de conteúdos quanto a forma como a história e cultura negra aparece nos currículos, algo previsto por pesquisadores já no alvorecer da reforma:

A temática das relações étnico-raciais quase não aparece no texto da BNCC e, quando dá as caras, é sob a máscara da concepção individualista de racismo, cuja característica essencial é, no nosso entender, o vínculo com o mito da democracia racial. Na subseção de Ciências da Natureza, a temática racial é restrita a doses homeopáticas em habilidades específicas da subseção (Magalhães e colaboradores, 2021, p. 7).

Na contramão dessa proposta curricular racista e antiproletária, a articulação do ensino de história e cultura negra a partir da PHC é um caminho para a construção de uma educação

antirracista e anticapitalista. Como afirma Saviani (2008, p. 45), “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam”.

A PHC tem apontado alguns caminhos que fundamentam o trato de docentes com a história e cultura negra nas aulas de Química. Magalhães (2025) propõe três princípios pedagógicos anticoloniais para orientar um ensino histórico-crítico de Química. O autor afirma que o ensino de Química tem um papel fundamental na construção de uma concepção de mundo revolucionária porque esta ciência está ligada à produção material e, portanto, à produção de riquezas. Por isso, é fundamento do ensino histórico-crítico de Química:

Esse princípio, portanto, encaminha docentes a fornecer ao alunado exemplares históricos de que gente como elus – em situação histórico-social similar – moveu e move o mundo porque cria as condições materiais para manutenção da vida. Explicitar a situação histórico-social de condenadas da Terra perpassa por dar evidência a todas as tramas sócio-históricas que lhes atravessam, o que inclui também a qualificação desse ser social (Magalhães, 2025, p. 424).

Nesse sentido, o autor indica ser possível também por meio desse ensino fazer o debate das contradições que atravessam essa referida produção, o que pode viabilizar a disputa da concepção de mundo na escola. Isto caminha o outro princípio pedagógico, segundo o qual a forma clássica de história e cultura negra se faz na experiência coletiva do proletariado negro. Ainda de acordo com Magalhães,

(...) a história e cultura africana e afro-brasileira consistirão nos objetos de um ensino histórico-crítico aliado às lutas anticoloniais desde que sejam apresentados na escola (...) as complexidades das relações sociais que atravessam a população negra explorada (2025, p. 395).

Num geral, entendemos que esses princípios encaminham a necessidade de criticar, nas aulas de Química, o modo de produção capitalista estruturado pelo racismo e seus impactos na vivência coletiva de pessoas negras do proletariado. Essa é uma base do ensino histórico-crítico de Química, a qual norteia a proposta em relevo. Este trabalho, portanto, objetiva propor e analisar um estudo de caso para a disciplina de Iniciação Científica (IC) do itinerário formativo do NEM, envolvendo um ensino histórico-crítico de Química numa perspectiva anticolonial. Apresentaremos, a seguir, a metodologia de análise e de fundamentação da proposta didática, a discussão e algumas considerações ao final do texto.

METODOLOGIA: ENTRE TEORIA E PRÁTICA, A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO CAMINHO

A Pedagogia Histórico-Crítica, articulada ao materialismo histórico-dialético, foi adotada como referencial teórico por ser uma teoria que orienta o trabalho pedagógico numa perspectiva anticolonial, visando articular os interesses negro-proletários às demandas

escolares (Saviani, 2008; Magalhães, 2025) sem abrir mão da verdade, uma vez que tem como fundamento a realidade material concreta (Messeder Neto, 2022). Este caráter historicamente anticolonial da teoria, com vistas da transformação social, é uma característica imprescindível para atingir o objetivo do trabalho.

Em geral, lançaremos mão do método da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008) para organizar o trabalho pedagógico aqui proposto e algumas de suas elaborações teóricas (ou de outras teorias marxistas, como a psicologia histórico-cultural) para analisar a proposta (Martins, 2013; Magalhães, 2025). Nesse sentido, esse trabalho é de natureza ensaística, já que, além de apresentar uma proposta didática, pretendemos analisá-la teoricamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso foi construído com o tema “Olodum e cultura afro-baiana” a partir dos conteúdos de matéria, suas propriedades e suas transformações. Aqui, desenvolveu-se a história de Marcos dos Santos, percussionista negro do grupo cultural Olodum, flagrado pela abordagem policial no pelourinho portando um pó branco. De forma violenta, foi preso e condenado por tráfico de drogas, com o material julgado como cocaína sem qualquer perícia. Nesse cenário, aborda-se o racismo, a história e a cultura afro-baiana, e a Química, sendo apresentada a partir da necessidade de analisar o pó branco para defender ou acusar Marcos.

O destinatário da aplicação do estudo de caso são adolescentes negres do 1º ano do Ensino Médio. Um dos princípios anticoloniais de Magalhães (2025) recomenda considerar a formação histórica do sujeito em seu processo formativo. Considerando o racismo da reforma do Ensino Médio e a redução, ainda em muitas escolas, da carga horária de Química a 1 hora/aula semanal, é nosso compromisso com o proletariado negro lutar e, quando possível, oferecer melhores condições de apropriação da ciência. Por isso, optamos por transformar esse componente curricular em um espaço a mais para aprofundar o conteúdo de Química, tendo como horizonte a concepção e a crítica de que, antes de fazer ciência, é necessário saber ciência. Em acordo com Magalhães (2025),

(...) a escola, enquanto ente da prática social, também está atravessada pelas suas contradições, mas isso é de modo relacional e, portanto, não nos isenta, enquanto docentes, de mostrar caminhos para resolver tais contradições e superá-las de modo a dirimir sua atuação na forma de barreira dos processos de ensino e aprendizagem escolares (p. 375).

Conforme Martins (2013), a prática pedagógica é uma articulação da tríade conteúdo-forma-destinatário atravessada pelo tempo disponível. Como já foi tratado o conteúdo e o destinatário do estudo de caso, trataremos nesse momento a forma. Os

procedimentos de ensino abordados, entre outros, foram: atividade em grupo, exposição participativa e elaboração conjunta (Libâneo, 2017).

Porém, cabe lembrar que não há função sem o ato de funcionar. Isso ocorre porque toda função entra em cena duas vezes: no plano social (categoria intersíquica) e no psicológico (categoria intrapsíquica). Logo, qualquer coisa que se deseja que o estudante faça, deve-se antes ensiná-lo a fazer (Vygotsky, 1995). Isto deve ser considerado em todos os momentos da sequência didática proposta, em destaque: pesquisa, júri simulado, requerimento de perícia e relatório.

Figuram entre os objetivos de aprendizagem deste estudo de caso: (1) conceituar química enquanto ciência que estuda a matéria e suas transformações; (2) identificar um material a partir de suas propriedades e transformações; (3) compreender o movimento histórico-cultural afro-baiano a partir do Olodum e do Pelourinho; (4) analisar o racismo estrutural nas relações sociais.

A avaliação será, em principal, a construção de um relatório de um experimento realizado em aula e desenvolvimento de um júri simulado, ambos realizados no decurso da sequência didática. Ela contempla 13 aulas de 50 minutos cada, sendo uma proposta para uma unidade da disciplina Iniciação Científica do itinerário formativo do NEM. A descrição de cada aula está presente abaixo.

Quadro 1 - Aulas do estudo de caso

AULA	PRINCIPAL PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO
1	Atividade em grupo	a) Introdução do caso por meio da notícia de jornal com discussão sobre discriminação racial e relação com a Química, a partir da necessidade de estudo do pó branco. b) Construção coletiva de um mapa conceitual na sala. c) Pesquisa sobre o conceito e exemplos de júri simulado.
2	Exposição participativa	a) Apresentação da proposta do júri simulado e do relatório experimental (4,0 pontos). b) Organização do júri em papéis: juiz (docente), jurados (G1), defesa (G2), acusação (G3) e plateia (G4).
3	Atividade em grupo	a) Aprofundamento do caso de Marcos por meio de uma reportagem televisiva. b) Comparação das notícias da aula 1 e desta. c) Discussão sobre o racismo estrutural, policial e suas relações, e a classificação da matéria em substância e mistura, tendo como ponto de partida o pó branco. d) Continuação da construção do mapa conceitual.
4	Exposição participativa	a) Exposição sobre transformações e propriedades físicas da matéria, relacionando com o caso; b) Proposta da atividade de requerimento de perícia, em que cada grupo do júri deverá construir um documento indicando experimentos para identificação do pó branco e requisitando materiais para sua realização. c) Continuação da construção do mapa conceitual.
5	Exposição participativa	a) Apresentação multimídia sobre transformações e propriedades químicas da matéria, envolvendo: oxidação, inflamabilidade, reatividade com ácidos e potencial hidrogeniônico (pH). b) Relação dos conceitos com o pó branco, discutindo a necessidade de múltiplos testes para identificação. c) Reforço da atividade do requerimento de perícia (prazo: até a aula 6). d) Continuação da construção do mapa conceitual.

6	Atividade em grupo	a) Cada grupo é responsável por desenvolver um conjunto de experimentos, apresentados no requerimento de perícia. b) Identificação do material desconhecido, o pó branco, a partir de suas propriedades. c) Realização de testes de densidade, condutividade elétrica, solubilidade e acidez.
7	Atividade em grupo	a) Apresentação dos resultados dos experimentos realizados por cada grupo e comparação com valores da literatura. b) Exposição do laudo técnico com as propriedades não testadas no laboratório com erros propositalmente inseridos para análise dos estudantes. c) Apresentação do modelo do relatório de perícia que será usado como atividade avaliativa pontuada individual. d) Indicação de uso do relatório pelo grupo de defesa do júri simulado.
8	Elaboração conjunta	a) Análise de uma carta produzida pela tia de Marcos, divulgada em redes sociais, identificando o pó branco como pó de magnésio. b) Discussão dos resultados, o papel das redes sociais e a nova substância. c) Construção coletiva de um relatório experimental.
9	Atividade em grupo	Aprofundamento do caso a partir de uma notícia de jornal, tratando sobre manifestação social. Cada um dos grupos deverá planejar e apresentar um projeto de manifestação, tendo os temas: (1) Pelourinho, (2) Olodum, (3) violência policial; e (4) mídia.
10	Elaboração conjunta	As(os) estudantes, imbuídos de atividades avaliativas para construir (júri simulado e relatório experimental), possuem esse espaço para desenvolvê-las com apoio da(o) educador(a).
11	Júri simulado	Início do júri simulado com as etapas: abertura da audiência, apresentação do relatório de perícia, acusação do réu, réplica da defesa do réu, tréplica da acusação do réu, depoimento das testemunhas, interrogatório das testemunhas e pausa da audiência.
12	Júri simulado	Continuidade do júri simulado com as etapas: reabertura da audiência, manifestação da plateia, considerações finais, veredito e encerramento da audiência.
13	Revisão por batata quente	a) Coleta dos relatórios. b) Atividade de revisão, nomeada batata quente, em que se reconstrói a trajetória da unidade pela narração de cada estudante, esta descontinuada pelo comando sonoro da(o) professor(a). c) Entrega e discussão das notas do júri simulado.

Fonte: Autoral.

Essa sequência de aulas foi pensada para uma escola de Ensino Médio nos modos da Lei nº 13.415/2017, a qual se materializa aqui na Bahia a partir do Documento Curricular Referencial do Estado da Bahia (DCRB). Ele instituiu a obrigatoriedade da BNCC nas escolas e orquestrou o golpe à classe trabalhadora baiana no que diz respeito à educação de sua prole e às condições de trabalho docentes. No dizer de Santos (2021),

(...) o Programa está sendo usado como mecanismo de implementação da Base Nacional Comum Curricular que, não obstante é produto das articulações políticas as quais operam em rede para estabelecer e hegemonizar um currículo nacional que supõe ser capaz, no imaginário neoliberal, de garantir a qualidade da educação (Santos, 2021, p. 45)

A nossa proposta didática se coloca como um caminho para o componente curricular de Iniciação Científica (IC), uma materialização do NEM na Bahia e é um primeiro aspecto de discussão da proposta. O NEM implementa componentes curriculares nomeados de itinerários formativos, idealizados para uma educação profissional, flexível e interdisciplinar (BAHIA, 2022). A IC surge nesse cenário para promover a compreensão do papel da ciência, tendo como objetivo:

[...] estimular a **curiosidade e a investigação**, o **trabalho colaborativo**, os processos criativos e o protagonismo juvenil, em prol da mobilização e produção científica no Estado, com foco na participação na Feira de Ciências da Bahia [...] como estratégia para a resolução de questões socioambientais e a solução de problemas socioambientais que possam ser solucionados no nível escolar. (Bahia, 2022, p. 233, grifo nosso)

A literatura (Santos, 2021; Oliveira; Barbosa, 2024) tem descrito um grande mal-estar da parte de docentes que têm sido obrigados, após a implementação do NEM, a ensinar matérias distantes da sua área de formação. Docentes perdidos, sem saber exatamente como proceder, ainda com formação e material específico focado na implementação do NEM e parcerias com os conglomerados editoriais para modificar o material didático, como é o caso de algumas instituições privadas (Medeiros, 2024).

Sabemos que uma luta absolutamente por dentro da escola é insuficiente (Messeder Neto, 2025). A escola não resolverá todos os problemas do mundo por dentro dela, inclusive os próprios problemas (Saviani, 2008). Logo, faz sentido que a resposta para os problemas esteja também fora da escola, mas não a exclui. Assim, enquanto estratégia de solidariedade de classe, é preciso pensar coletivamente em alternativas possíveis do que fazer paralelamente a luta pela revogação do NEM. Nenhuma pessoa que escreveu esse trabalho endossa o NEM. Nenhuma pessoa que escreveu esse trabalho defende a sua manutenção. Todavia, no raiar do dia, tem docente aqui escrevendo (e, talvez, lendo) esse trabalho que vai precisar planejar o que fazer em Iniciação Científica, o que justifica esta proposta, ainda que não defendamos a implementação dessa política curricular.

Na nossa proposta, pensamos as relações étnico-raciais a partir da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Entendemos que não basta só valorizar a cultura negra de forma simbólica, mas também é preciso discutir sobre a estrutura social que sustenta o racismo: o capitalismo. Expor as contradições desse sistema no contexto da violência policial atreladas ao conteúdo de química é um caminho anticolonial de desenvolver a aula, como propõe Magalhães (2025).

O estudo de caso desenvolvido tem como temas: o Olodum, enquanto movimento cultural e político de resistência negra, e o Pelourinho, como espaço simbólico da memória afro-baiana, que foram escolhidos porque dialogam diretamente com a realidade histórica e social do público destinatário: estudantes majoritariamente negros de escola pública do Centro de Salvador. Aqui se expressa a tríade conteúdo-forma-destinatário (Pires; Messeder Neto, 2022), uma vez que o que ensinar, como ensinar e a quem ensinar são indissociáveis. Essa inter-relação perpassa também por uma dimensão política, consistindo em contribuir para a formar uma consciência aguda da realidade social, um caminho para construção de uma concepção de mundo revolucionária (Magalhães, 2025)

Ainda nesse aspecto de construção de uma concepção de mundo revolucionária, princípio anticolonial do ensino histórico-crítico de química (Magalhães, 2025), a proposta expressa uma dimensão da manifestação social, ao indicar que os grupos elaborassem projetos de mobilização em torno dos temas propostos, buscamos fortalecer a organização coletiva e política e a consciência crítica. Como ressalta Messeder Neto (2025), trata-se de contribuir para que os sujeitos assumam a própria história em suas mãos na luta contra uma sociedade produtora de barbárie, de modo que a valorização cultural se desdobre em ação política e formação de sujeitos capazes de pensar mais criticamente a realidade e pensar em saídas para uma sociedade que não se baseie na exploração das pessoas instrumentalizada, entre outras coisas, pela raça (Magalhães, 2025).

A noção sobre composição da matéria, suas propriedades e suas transformações é importante para o entendimento, ao nível macroscópico, do que é a Química, sendo basilar para a continuidade dos estudos. Essa é uma aproximação inicial nossa do que se entende por estrutura lógica da Química, o que, segundo Santos e Messeder Neto (2023), precisaria ser a referência para o ensino. Ainda de acordo com os autores, “trata-se de perceber como os conceitos daquela ciência estão articulados e como os mesmos compõem uma totalidade, perceber o que é mais universal na ciência estudada e como essas redes de conceitos estão presentes na realidade social” (2023, p. 15). A escolha das propriedades e transformações supramencionadas foi feita com base nos instrumentos requisitados para o estudo investigativo do pó branco.

A atividade em grupo foi o método mais explorado do material didático, uma vez que incentiva o desenvolvimento da habilidade de trabalho coletivo responsável e a capacidade de verbalização (Libâneo, 2017), aspectos que enriquecem o estudo de caso e preparam os discentes para a apresentação do júri simulado. Ademais, a proposta envolve a problematização das condições de existência do proletariado negro, o que, visando formar uma concepção de mundo revolucionária (Magalhães, 2025), precisa perpassar por um debate coletivizado entre pares.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esse estudo de caso mostra que é possível repensar a IC e o ensino de Química em uma perspectiva crítica e anticolonial, ainda que persistam obstáculos estruturais e políticos a serem enfrentados. Além disso, a proposta revela a potencialidade da pedagogia histórico-crítica enquanto teoria anticolonial, sendo uma materialização possível do ensino de história e cultura negra nas aulas de Química numa perspectiva marxista.

O estudo de caso pode promover uma aproximação da ciência na vida dos estudantes, mostrando que o conhecimento científico pode servir como ferramenta de reflexão e dar contribuições para o debate político e a transformação social. Com ele, pretendeu-se disputar a concepção de mundo do alunado pela via da crítica anticapitalista do racismo e da violência policial, além do debate coletivo acerca do tema.

Este trabalho possui algumas limitações, tanto a nível da sequência didática quanto a nível da pesquisa. Em que pese o fato de ser uma primeira aproximação, enquanto proposta didática, de princípios anticoloniais, é necessário encaminhar pesquisas empíricas que testem esses princípios para aprofundar a sua aplicabilidade não só a nível de planejamento, como fizemos, mas também na execução do trabalho pedagógico. Quanto à sequência didática, fica o questionamento se o tempo destinado é excessivo para o conteúdo de matéria e transformações (13 aulas), uma vez que é uma introdução ao tema, ainda que aprofundada.

Queremos ressaltar, uma vez mais, que esse trabalho não faz coro com o NEM, mas se coloca como um meio de solidariedade a diversos trabalhadores e trabalhadoras que, na lida do dia, precisam pensar em caminhos para realizar um ensino que não se omita às demandas escolares do proletariado negro. Isto tudo perpassa por um processo de resistência - sempre coletiva - à lógica fragmentada do Novo Ensino Médio, que coloca como um desafio a disputa do espaço da Iniciação Científica enquanto meio de aprofundar o conhecimento científico, no caminho de superação da compreensão positivista, tecnicista e meramente pragmática que é veiculada pelo DCRB. Ademais, isso coloca a necessidade de ter clareza, no componente de Iniciação Científica, sobre as concepções epistemológicas de ciência e como elas aderem, de certo modo, a posicionamentos políticos burgueses ou proletários.

Vale lembrar que a luta nos sindicatos, no movimento estudantil e pela via dos partidos de esquerda é que tem potencial para superar as condições periclitantes de execução do trabalho pedagógico, sobretudo no contexto do NEM. O ensino é atravessado pela luta de classes e a garantia de realização de seu papel antirracista perpassa pela escola, mas também fora dela. Esperamos, ainda assim, que esta proposta e sua análise ajude colegas docentes a verem caminhos de planejamento escolar, mas também de luta coletiva contra essa proposta burguesa e racista de Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. B.; FIAMENGUE, E. C. A Reforma do Ensino Médio no estado da Bahia: uma análise do Documento Curricular Referencial. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 01–17, 2024.
- BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio** (v. 2). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Cortez Editora, 2017.
- MAGALHÃES, P. **Bases anticoloniais para o ensino histórico-crítico de química: primeiras incinerações**. Salvador: EDUFBA, 2025.
- MAGALHÃES, Pedro; OLIVEIRA, Igor; MESSEDER NETO, Hélio da Silva. Todos pela (neutralização da) Base: o começo de uma análise ácida e antirracista da BNCC. **Anais do XIII ENPEC**, 2021.
- MAGALHÃES, P.; MESSEDER NETO, H. S. Fundamentos anticoloniais da didática histórico-crítica para o ensino de história e cultura afro-brasileira nas aulas de química: abrindo caminhos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 24, e51504, p. 1–27, 2024.
- MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- MEDEIROS, M. E. S. Os entrelaçamentos da ação docente na implantação do novo ensino médio da Rede La Salle. **Educação, Ciência e Cultura**, n. 1, e12265, p. 1-12, 2024.
- MENDES, C. B.; MASSI, L.; COLTURATO, A. R.; STACHOWSKI, L. N. Relações étnico-raciais na Educação em Química a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 31, e25006, 2025.
- MESSEDER NETO, H. S. A ilusão do flautista mágico: o currículo e a formação de professores em disputa para os filhos da classe trabalhadora. In: MESSEDER NETO, H. S.; VIEGAS, L. S.; OLIVEIRA, E. C. **Educação, pobreza e desigualdade social: escritos de subversão**. Salvador: EDUFBA, 2025, p. 325-342.
- MESSEDER NETO, H. S. O ensino da Química na pedagogia histórico-crítica: considerações sobre conteúdo e forma para pensarmos o trabalho pedagógico concreto. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 27, n. 2, p. 271–293, 2022.
- MESSEDER NETO, H. S. **O Lúdico no Ensino de Química na Perspectiva Histórico-Cultural: além do espetáculo, além da aparência**. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016.
- OLIVEIRA, R. R. A; BARBOSA, B. M. O Novo Ensino Médio em Minas Gerais: uma Análise Comparativa Entre as Redes Estadual, Privada e Federal no Município de Juiz de Fora. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 223–232, 2024.
- PAULINO, N. P. **Os impactos da implementação da reforma do Novo Ensino Médio: um olhar sobre uma escola da rede pública e uma escola da rede privada em Florianópolis**.

71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

PINHEIRO, B. C. S. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 19, p. 329–344, 2019.

PINHEIRO, B. C. S.; EVANGELISTA, N. A. M.; MORADILLO, E. F. A reforma do “novo Ensino Médio”: uma interpretação para o ensino de ciências com base na pedagogia histórico-crítica. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 242–260, 2020.

PIRES, I. S.; MESSEDER NETO, H. S. A tríade conteúdo-forma-destinatário: uma análise das práxis pedagógicas do ensino de ciências orientadas pela pedagogia histórico-crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 22, e35836, p. 1–36, 2022.

SANTOS, J. J. S. dos; CABRAL, P. F. O.; SANTOS, P. N. dos. **Química Negra na Cozinha**: uma proposta antirracista em uma disciplina de Iniciação Científica para o Ensino Médio. Salvador: s.n., 2024. Trabalho apresentado na Conferência COPENE 2024.

SANTOS, J. P. L. Cumpra-se um currículo!: das redes políticas de governança ao movimento de re(elaboração dos referenciais curriculares na Bahia). **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 34, p. 4-4, 2021.

SANTOS, V. F. D.; MESSEDER NETO, H. S. O que queremos ensinar é mesmo clássico? : veredas para pensar a seleção de conteúdos na pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e023012, 2023.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SIQUEIRA, R. M.; MORADILLO, E. F. de. As ciências da natureza na BNCC para o ensino médio: reflexões a partir da categoria trabalho como princípio organizador do currículo. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 37, n. 116, p. 421–441, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luiz Silveira Menna-Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.